

## Exército industrial de reserva e constituição social

Iderley Colombini<sup>1</sup>

### Resumo

O texto analisa as transformações recentes nas relações de trabalho, tendo como eixo central o exército de reserva. A superpopulação relativa é apresentada como uma forma social dinâmica e historicamente determinada, exercendo uma pressão constante sobre o trabalhador e sendo crucial na formação das classes sociais. Examina-se, portanto, como a superpopulação relativa, ao pressionar os trabalhadores em direção à proletarianização, constitui um elemento crucial na luta de classes e no processo de formação da relação de trabalho capitalista. Dividido em três seções, o artigo explora a necessidade intrínseca do capitalismo na formação do exército de reserva, sua lógica na constituição da classe trabalhadora e, por fim, examina o exército de reserva em sua forma concreta atual, especialmente no contexto neoliberal, explorando suas implicações para as formas precárias e informais do trabalho.

### Abstract

The text addresses transformations in labor relations, proposing an analysis of the reserve army as a constitutive social relation, going beyond the traditional conception that solely links it to the rhythms of capital accumulation. Relative surplus population is presented as a dynamic and historically variable social form, exerting constant pressure on workers and being crucial in the formation of social classes. The article examines how relative surplus population, by pushing workers toward proletarianization, constitutes a crucial element in class struggle and the process of forming the capitalist labor relation. Divided into three sections, the paper explores the intrinsic need of capitalism for the formation of the reserve army, its logic in the constitution of the working class, and finally, examines the reserve army in its current concrete form, especially in the neoliberal context, exploring its implications for precarious and informal forms of labor.

**Palavras-chave:** exército de reserva, trabalho; classe; neoliberalismo; precarização.

**Keywords:** reserve army; labor; class; neoliberalism; precarization.

---

<sup>1</sup> Professor Permanente do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE-UFRJ) e do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE-UFRJ); e-mail: iderley.colombini@ie.ufrj.br

## **Introdução**

As relações de trabalho passaram por enormes transformações nas últimas décadas. Apesar da vasta literatura existente, grande parte se concentra em uma noção equivocada da precarização, a qual exclui a noção de exército de reserva como mecanismo constituidor das relações de trabalho e das classes sociais em sua totalidade. Mesmo parte dos estudos centrados no conceito de exército de reserva, ficam restritos na relação com os ritmos da acumulação de capital, diminuindo a sua importância como processo gerador da formação da luta de classes. Por isso, esse trabalho se propõe analisar o exército de reserva como uma relação social, não reduzida em um efeito da acumulação, mas também sendo sua causa e condição. Através da noção do exército de reserva como relação social, torna-se possível compreender as suas diferentes formas concretas de realização, como o momento histórico atual do neoliberalismo.

O conceito de exército de reserva estabelecido por Marx no ‘O Capital’ possui em termos teóricos dois momentos analíticos. O exército industrial de reserva é analisado tanto como uma relação social de pressão para que o trabalhador tenha de retornar constantemente ao mercado como vendedor de sua força de trabalho quanto como efeito da dinâmica de acumulação de capital, se tornando um mecanismo de regulação da distribuição dentro dos ciclos. Apesar de em Marx ter a noção de unidade, a grande maioria dos estudos sobre o exército de reserva se debruçou apenas sobre essa sua relação mais direta com a acumulação, apagando a perspectiva da superpopulação relativa como uma relação social, ou seja, como momento de constituição das classes sociais.

A constituição da especificidade da relação capitalista, de seres sociais ‘livres’ das suas capacidades de reprodução a não ser pela venda da sua força de trabalho, passa a ser internalizada na própria acumulação ampliada, em que uma superpopulação é gerada pressionando o trabalhador para sua proletarização. O exército de reserva se torna, portanto, “uma pressão (...) ao sobre trabalho e à submissão aos ditames do capital” (Marx 2013, p. 864). O exército de reserva não significa apenas o grupo de pessoas que não obtêm emprego, mas também uma relação social para reprodução da forma específica do trabalho capitalista. É dessa pressão social exercida pela superpopulação relativa que se entende o seu momento como constituidor da luta de classes, ou seja, como parte do processo de formação da relação de trabalho capitalista.

Sendo momento da luta de classes para constituição do trabalho, o exército de reserva não possui uma forma fixa, como se fosse apenas sua aparência da população desempregada. “A superpopulação relativa existe em todos os matizes possíveis. Todo trabalhador a integra

durante o tempo em que está parcial ou inteiramente desocupado.” (Marx 2013, p. 870). A superpopulação relativa como forma social, possui não só formas de manifestação diferentes (flutuante, latente e estagnada), mas também formas históricas distintas. A forma concreta como se realiza cada uma das manifestações do exército de reserva depende do momento histórico em que está inserido. Por isso, para compreender as especificidades das transformações do trabalho no neoliberalismo, o exército de reserva tem que ser compreendido como uma relação social dentro do processo de constituição de classe, tanto dos trabalhadores formais, quanto dos chamados informais e precários.

Esse artigo é dividido em três seções, além da introdução e conclusão. Na primeira seção, nós analisamos a necessidade intrínseca no capitalismo de formação do exército de reserva, entendendo-o como uma lógica interna à constituição da relação capitalista. Na segunda seção, o mesmo conceito lógico da superpopulação relativa é analisado em um nível mais concreto de abstração, para compreender sua lógica dentro do processo de constituição da classe trabalhadora. Na terceira seção, o exército de reserva é analisado na sua forma concreta atual, com a intenção de compreender as suas especificidades dentro do neoliberalismo, assim como sua relação para geração das formas precárias e informais do trabalho.

### **Exército de reserva como forma social**

Não é exagero afirmar que o exército industrial de reserva é uma das categorias mais conhecidas da obra de Marx, extremamente difundida e utilizada tanto pelos ‘marxistas’, quanto pelas mais diversas linhas teóricas das ciências econômicas, da sociologia e da geografia. Apesar do uso disseminado dessa categoria, em termos gerais, o seu significado é reduzido em apenas uma parte da exposição original de Marx. Como apresentaremos nessa seção, o conceito de exército industrial de reserva em Marx possui como contradição inerente uma relação entre condição e efeito da acumulação capitalista.

A análise sobre o exército de reserva de Marx no *Capital* pende ora para a interrelação do exército de reserva com os ritmos e ciclos da acumulação ora para o exército de reserva como a relação social que exerce uma força contínua para o trabalhador vender sua força de trabalho, ou seja, como relação de reprodução das condições de exploração do trabalhador (Marx, 2013 [1867], cap. 23). Contudo, essa aparente duplicidade de sentidos desaparece na grande maioria das análises. Ao invés de desmitificar essa falsa duplicidade através da unicidade da abstração social capitalista constituída através da universalidade do valor, as análises tradicionais do exército de reserva apagam essa duplicidade ao se limitarem apenas

à relação direta com a acumulação. Por isso, pretende-se salientar nessa seção a necessidade da compreensão da outra esfera desse conceito, ou seja, do seu sentido de forma social da reprodução da relação de trabalho capitalista.

Parte expressiva das abordagens atuais sobre as relações de trabalho, centradas no conceito da precarização, partem dessa lógica de reprodução social, contudo através da ruptura com a lógica de constituição do exército de reserva. As noções dominantes sobre precarização e informalidade partem de uma suposta lógica própria dessas atividades e setores, que estariam em oposição aos trabalhos formais e regulados<sup>2</sup>. A forma precarizada é concebida dentro dessas análises como um conceito relacional, sendo tudo aquilo diferente do “*standard employment relationship*, which developed under the aegis of legislation, incorporated a degree of regularity in employment relationships, protected workers from socially unacceptable practices and provided a core of social stability to underpin economic growth” (Rodgers e Rodgers, 1989, p. 1). Dessa maneira, o trabalho precário é considerado como um produto específico do desenvolvimento capitalista “tardio”, “maduro”, “avançado” e “neoliberal” (Beck, 2000; Lambert e Herod, 2016 e Schram, 2015), que teria uma lógica própria de constituição em relação as classes ditas tradicionais do capitalismo.

A precarização se tornou uma expressão recorrente a partir dos anos de 1990 para a definição desse novo fenômeno do trabalho como consequência da desregulamentação do direito do trabalho com a imposição de acordos trabalhistas flexíveis (Crompton, Gallie e Purcell, 1996; Letourneux, 1998; Heery e Salmon, 1996). Mesmo estudos ligados a instituições governamentais (Supiot, 1999; European Commission, 2004) defendiam a existência de uma norma ou padrão de trabalho em relação a outras formas excepcionais.

Nos anos mais recentes, principalmente após a crise financeira de 2008, os estudos da precarização do trabalho ganharam nova força. Muitos desses trabalhos foram realizados no âmbito da Organização Internacional do Trabalho (ILO), trazendo para o centro do debate o processo de globalização e formação das cadeias globais de valor. É nesse contexto que se destacou o conceito de “precariado”, que traz a noção da formação de uma nova classe social internacional oriunda do trabalho precarizado, ou, como diz Guy Standing, de uma “*class in the making*” (Standing, 2011). A formação do precariado ocorreria em oposição à classe operária, uma vez que se constituiria sem os benefícios sociais, as legalidades, regulações e

---

<sup>2</sup> A caracterização da informalidade na sociologia já pode ser vista anteriormente no trabalho de Pierre Bourdieu sobre a Argélia (Bourdieu, 1963). Apesar de Bourdieu conectar diretamente com a noção de exército de reserva em Marx, o autor defende uma disjunção entre os ‘proletários’ e ‘subproletários’. A existência da informalidade estaria no exército de reserva, mas a sua dinâmica de funcionamento ocorreria em uma estrutura própria dissociada da formação da classe operária.

direitos padrões, tendo um perfil muito maior de informalidade e auto-empregabilidade, formando, portanto, duas lógicas sociais distintas e muitas vezes conflitivas.

Ao invés de compreender a precarização e a informalização como momentos do processo de realização das novas formas de expropriação, exploração e intensificação do trabalho, as abordagens atuais dominantes partem de uma separação das formas de trabalho pelas noções pós-estruturalistas de multidão (Hardt e Negri, 2004; Mitropoulos, 2006; Papadopoulos, 2017), em que não haveria mais uma clara distinção do trabalho das demais atividades cotidianas, estabelecendo dinâmicas próprias divergentes da formação da classe operária. As formas atuais de informalidade e precarização seriam, portanto, fruto das imaterialidades do trabalho contemporâneo (Gorz 2003), o que romperia com as mesmas lógicas de constituição da classe operária tradicional<sup>3</sup>.

Essa literatura convencional da precarização do trabalho, ao desconstruir a relação entre classe e precariedade, acaba por apagar os próprios processos contraditórios de luta na constituição dessa classe operária. Em direção oposta a essas concepções de precariado, é essencial uma retomada do trabalho de Marx dentro da perspectiva da “lei geral da acumulação capitalista” e da inexorabilidade da formação de um “exército industrial de reserva” (Pradella, 2015; Jonna; Foster, 2016). Através da materialização das diferentes formas históricas concretas desse exército de reserva (Denning, 2010; Munch, 2013; Colombini, 2020), diferentes padrões de trabalho se impõem. A precarização do trabalho na sociedade capitalista está longe de ser uma exceção neoliberal. Por isso, a importância de distinguir as diferentes formas concretas da materialização desse processo de precarização inerente ao capitalismo.

O conceito de exército industrial de reserva é discutido por Marx no capítulo intitulado ‘A lei geral de acumulação capitalista’, tendo em termos teóricos dois momentos analíticos dessa sua apresentação. O exército industrial de reserva, também referenciado como superpopulação relativa<sup>4</sup>, é analisado tanto como uma relação social de pressão para que o trabalhador tenha de retornar constantemente ao mercado como vendedor de sua força de trabalho quanto como efeito da dinâmica de acumulação de capital, se tornando um mecanismo de distribuição dentro dos seus ciclos. Essa duplicidade, de certa maneira, pode ser interpretada no questionamento de Bernstein (2023, p. 80): o exército de reserva é uma

---

<sup>3</sup> Estudos críticos sobre as teses de André Gorz (2003) e Antonio Negri (1992) a respeito do trabalho imaterial, alinhado com os argumentos desenvolvidos neste artigo, podem ser vistos em: Prado (2005) e Colombini (2023).

<sup>4</sup> O conceito de exército de reserva e superpopulação relativa é diferenciado em alguns estudos marxistas, contudo, aqui seguirá a utilização feita por Marx no *Capital*.

condição ou um efeito da lei de acumulação do capital? Apesar de para Marx ser claramente ambas as coisas, dificilmente essa relação é enfatizada dentro da gigantesca literatura existente.

Os debates sobre o exército de reserva ao longo do século XX foram predominadas, nas mais diversas correntes teóricas, pelos efeitos do processo de acumulação para sua ocorrência. Essa chave analítica possui sua origem desde os primórdios do debate marxista sobre a ocorrência de crise no capitalismo, tendo como grande expoente a tese de Rosa Luxemburgo (1985 [1913]) sobre a necessidade dessa superpopulação relativa para solucionar a insuficiência de demanda. Essa redução do exército de reserva como subproduto da acumulação, em que desaparece o processo de constituição social, será retrabalhado nas principais ‘teorias econômicas heterodoxas’<sup>5</sup> do século XX (Keynes [1936]; Kalecki, 1971), obviamente com desdobramentos nos debates atuais entre pós-keynesianos (Dutt, 1990, 2011; Lavoie, 2014), neo-kaleckianos (Rowthorn 1981; Bhaduri; Marglin, 1990) e sraffianos (Ciccone, 1986; Garegnani; Palumbo, 1998).

Essa tradição da análise da superpopulação relativa também possui suas vertentes com resquícios da economia liberal, sendo interpretada principalmente como originária de uma suposta falha de mercado que geraria lógicas distintas entre o setor formal e dos setores ligados a essa superpopulação relativa. O texto de Arthur Lewis (1954) se tornou uma referência clássica dentro desse campo, não apenas por estabelecer a existência do exército de reserva dentro do referencial da economia liberal, como por supor sua precariedade frente ao desenvolvimento inerente da economia<sup>6</sup>. Entretanto, a concepção original de Lewis do excedente populacional acabou sendo incorporada por linhas ainda mais neoclássicas (Fei; Ranis, 1964; Meier, 1976; Scully; Britwum, 2019). Vale destacar também como as teorias clássicas do desenvolvimento, mesmo com um referencial teórico oposto, também partem dessa concepção dualista do mercado de trabalho (Prebisch, 1982; Furtado, 1995)<sup>7</sup>.

Essa forma de compreensão da superpopulação relativa é também consolidada pelo grande peso dos estudos estatísticos no capitalismo a partir do século XX, em que

---

<sup>5</sup> Os modelos heterodoxos de crescimento e distribuição partem exatamente da desconsideração do processo de luta social para constituição da relação de produção capitalista, considerando como uma variável exógena. Ao invés de compreender o processo de constituição e reprodução dessa luta pela concretude das relações sociais e produtivas, apenas aceitam ela como um dado, como um elemento social reificado. Ao invés da acumulação ser entendida como um momento da luta de reprodução da relação capitalista, as variáveis macroeconômicas são tornadas entidades auto-moventes na sua aparência reificada.

<sup>6</sup> O dualismo do tratamento do exército de desemprego também pode ser visto em larga medida dentro da sociologia convencional (Doeringer; Piore, 1970; Kalleberg, 2001), em que se conceptualiza a formação de agrupamentos (*clusters*) entre dois mercados de trabalhos distintos, aqueles com bons e aqueles com maus empregos (Kalleberg, 2011, p. 11).

<sup>7</sup> Para uma crítica ao dualismo estruturalista das teorias clássicas do desenvolvimento ver: Oliveira (2003).

sacramentam empiricamente o exército de reserva reduzido à um grupo de pessoas expulsas do mercado de trabalho pela dinâmica da acumulação de capital. Não por acaso, o próprio termo desemprego em inglês (*unemployment*) é utilizado pela primeira vez somente no final do século XIX (1887)<sup>8</sup> pelo chefe do *Bureau of Labor Statistics de Massachusetts*, Carroll D. Wright, o qual inaugurava uma prática que se tornou central para os estados modernos (Garratay 1978, p. 109; Walter 2000).

Dentro do debate marxista contemporâneo há maior complexidade no tratamento conceitual sobre o exército de reserva e a superpopulação relativa. As versões mais ortodoxas ainda carregam esse reducionismo do exército de reserva apenas como um grupo de pessoas expulsas pela dinâmica de acumulação. A apresentação clássica de Sweezy (1976 [1942]), de grande influência no debate marxista da segunda metade do século XX, desconsidera completamente a forma estagnada da superpopulação relativa (Sweezy, 1976, p. 119), desaparecendo a própria possibilidade de formas híbridas do processo de constituição do exército de reserva enquanto relação social. Contudo, em vários trabalhos contemporâneos, apesar de não ter como objeto central essa incorporação da categoria do exército de reserva enquanto relação social para a constituição de classe capitalista, há explicitamente sua menção e consideração (Carcanholo; Amaral, 2008; Foster; McChesney; Jonna, 2011; Patnaik 2019).

Dentro do debate crítico uma das principais frentes de disputa se concentra na diferenciação entre as formas capitalistas do ‘norte e sul global’, o que leva à necessidade do esforço para demonstração de como muitas das categorias críticas se encontram dentro dessa relação. Por isso, boa parte do debate marxista atual sobre o exército de reserva se concentra nas características ‘periféricas’ de formação dessa superpopulação relativa no capitalismo neoliberal (Carcanholo e Amaral 2008; Foster, McChesney e Jonna 2011; Neilson; Stubbs, 2011; Basu 2013; Munch 2013; Jonna e Foster 2016; Patnaik 2019).

Por outro lado, um campo crítico crescente do debate sobre a informalidade e o exército de reserva tem obtido valiosas contribuições na direção de incorporar as teorias de

---

<sup>8</sup> Em francês o termo para desemprego (*chômeur*) também só aparece a partir de 1886, com o avanço da grande indústria e do estado moderno, já em meio a grande depressão do século XIX (Salais 1986; Topalov 1994). Em alemão o termo contemporâneo *Arbeitslosigkeit* só passa a ser utilizado depois de 1890 (Garratay 1978, p. 109). O próprio Marx não utiliza o termo contemporâneo, mas a expressão *die Unbeschäftigen*, isto é, não ocupado, ou ‘superpopulação relativa’ e ‘exército de reserva’, termos utilizados pelo movimento trabalhista do período, como analisaremos melhor em seguida. Depois de tomar notoriedade nos trabalhos estatísticos, o termo desemprego (*unemployment*) passa a ter destaque nas leituras críticas com o artigo de J. A. Hobson (1895). Apesar de bastante conhecido por seu livro sobre o Imperialismo, seu artigo em que formaliza uma caracterização do desemprego como o grupo de pessoas fora de mercado do trabalho marcará esse debate nas décadas seguintes.

reprodução social (Dalla Costa; James, 1975; Federici, 1982; Vogel 2013) como processo de constituição da superpopulação relativa. Dentro dessas concepções o exército de reserva não fica restrito aos grupos populacionais que foram expulsos do mercado de trabalho pela dinâmica de acumulação, mas também incorpora todo o contingente populacional que realiza as atividades de reprodução e manutenção da vida diária de maneira não remunerada (Bhattacharya; Kesar, 2020; Bernards; Soederberg, 2020; Choonara, 2020). A incorporação das atividades de reprodução não remuneradas como parte da superpopulação relativa é um grande avanço na compreensão do exército de reserva enquanto uma forma de relação social, o que enfatiza ainda mais a necessidade de uma melhor redefinição teórica desse conceito.

É preciso compreender a superpopulação relativa não apenas como um grupo de pessoas aliado do mercado de trabalho pela dinâmica de acumulação, mas também como uma força social que permite a própria reprodução da constituição da classe operária. Como diria Marx no fim do capítulo sobre ‘A lei geral da acumulação capitalista’, a “superpopulação relativa ou o exército de reserva (...) prende o trabalhador ao capital mais firmemente do que as correntes de Hefesto prendiam Prometeu ao rochedo” (Marx 2013, p. 877).

Dentro da dinâmica de acumulação de capital, Marx cria uma unidade dialética entre os efeitos da acumulação para a geração da superpopulação relativa junto com a reprodução das próprias condições de existência da acumulação dadas pelo exército industrial de reserva enquanto força social<sup>9</sup>. O exército de reserva se torna, portanto, “uma pressão (...) ao sobre trabalho e à submissão aos ditames do capital” (Marx 2013, p. 864). Através do exército de reserva se internaliza o processo de geração da relação específica de trabalho capitalista, impondo ao trabalhador a ‘liberdade’ da venda da sua força de trabalho em detrimento das formas de vida ainda mais precárias da superpopulação relativa. “Já não é mais o acaso que contrapõe o capitalista e o trabalhador no mercado. (...) É o beco sem saída [Zwickmühle] característico do próprio processo que faz com que o trabalhador tenha de retornar constantemente ao mercado como vendedor de sua força de trabalho” (Marx, 2013, p. 795).

---

<sup>9</sup> A própria utilização do termo ‘exército de reserva’ em Marx precisa ser compreendida dentro dessa contradição de constituição e reprodução da relação social. O termo que ficará famoso pela utilização de Marx no *Capital*, era bastante utilizado no movimento trabalhista britânico, contudo, com uma conotação mais limitada. Tanto as associações Cartistas quanto Fourieristas caracterizavam os trabalhadores fabris como grandes exércitos, o que gerou a expressão do líder cartista, Bronterre O’Brien, que cunhou o termo ‘exército industrial de reserva’ no jornal *The Northern Star* em 1839 (Walter, 2000, p. 32; Jones, 1983, p. 159), passando para o uso comum da militância trabalhista no período. Engels no seu ‘A condição da classe trabalhadora na Inglaterra’ de 1844 irá utilizar a mesma imagem, tendo sido, contudo, teorizada enquanto momento de realização da relação capitalista apenas em Marx no *Capital*.



A constituição da especificidade da relação capitalista, de seres sociais ‘livres’ das suas capacidades de reprodução a não ser pela venda da sua força de trabalho, passa a ser internalizada na própria acumulação ampliada, em que uma superpopulação é gerada pressionando o trabalhador para sua proletarização. A violência direta da acumulação primitiva é internalizada e naturalizada na acumulação capitalista. Assim “a acumulação primitiva que aparentemente desaparece na acumulação capitalista, o faz somente para reaparecer como o resultado natural da sua reprodução” (Bonfeld, 2011, p. 385). O pressuposto histórico da violência direta de separação do trabalhador das suas condições de reprodução é naturalizado e reproduzido através do mero movimento de concorrência do mercado do trabalho. O período histórico de violência direta para separação dos meios de produção, dos produtos produzidos e do controle produtivo é substituído pela concorrência livre da venda da força de trabalho, sendo imposta ‘naturalmente’ pelas forças de oferta e demanda de trabalho dentro das flutuações da acumulação.

A reprodução da essência da relação capitalista, de separação do trabalhador da sua capacidade de reprodução, é reduzida na aparência dos efeitos dos ritmos e ciclos industriais. O processo de gênese e disputa permanente para imposição da relação capitalista se torna apenas efeito das variações da acumulação (Holloway, 1999). Isso não significa que não haja relação das variações dos ritmos da acumulação com o exército de reserva, pelo contrário, o que precisa ser desmistificado é como na aparência real desse movimento desaparece o processo de luta e disputa pela constituição da relação capitalista. O que era um pressuposto histórico, se torna um pressuposto lógico, que desaparece na aparência fetichizada de uma sociedade que se constrói pelas costas dos trabalhadores.

Para além da feição positiva do trabalho enquanto criador de valor, que depois é expropriado, há seu espectro de negação contra os processos de resistência à imposição da reificação desse trabalho (Holloway, 2003). Para haver produção de valor precisa haver necessariamente uma reificação do trabalho vivo como gerador de uma relação abstrata passível de ser quantificada no mercado (Bellofiore, 2009). A relação capitalista só produzirá valor se vencer a luta de classe ao definir o trabalho humano de uma forma reificada em relação ao seu conteúdo concreto. Não por acaso, nos *Grundrisse*, Marx defini o “trabalho vivo como *abstração* desses momentos de sua real efetividade (igualmente não-valor)” (Marx, 2011, p. 364, grifos nosso). A aparência do trabalho como valor, em realidade, é a naturalização do sucesso da imposição da relação capitalista em subsumir o trabalho (Arthur, 2001, p. 31). O valor não é o sucesso da realização social do trabalho na produção de um

bem, mas do sucesso do capital na produção de uma mercadoria através da alienação do trabalho para si mesmo.

A reprodução do capital depende, portanto, dessa luta cotidiana para a reificação do trabalho (Holloway, 1999), na qual o exército de reserva se torna um momento fundamental. Logo a existência da superpopulação relativa não é um mero subproduto da acumulação, mas um momento da própria luta de classes para constituição e reprodução da relação capitalista de trabalho. O exército de reserva entendido como forma social explicita a relação mistificadora do capital. A forma social entendida como condição agora aparece como um resultado, a realidade tal como posta, se torna não mais condição para sua existência, mas um efeito inescapável da sua própria presença. “Esses pressupostos, que originalmente apareciam como condições de seu devir, (...), aparecem agora como resultado de sua própria efetivação, de sua efetividade, como condições postas por ele – não como condições de sua gênese, mas como resultados de sua existência.” (Marx, 2011, p. 611).

A luta pela constituição da relação capitalista, ou seja, o conflito inerente à separação dos trabalhadores das suas condições de vida, desaparece para se colocar como um movimento natural pela busca por melhores condições materiais no mercado de trabalho. A aparência da separação entre trabalhadores ativos e reserva pela concorrência do mercado de trabalho não é uma mera lei de alocação entre oferta e demanda, mas uma relação de luta para imposição da exploração<sup>10</sup>.

O exército industrial de reserva, portanto, deve ser entendido não apenas como mero resultado dos ciclos de acumulação, mas também como forma social em disputa pela própria constituição da relação de separação do trabalhador. “Toda a forma de movimento da indústria moderna deriva, portanto, da transformação constante de uma parte da população trabalhadora em mão de obra desempregada ou semiempregada.” (Marx 2013, p. 860). A reprodução da acumulação, apesar da aparência de autonomia da esfera quantitativa do valor monetário, depende da constituição dos elementos sociais específicos dessa relação.

Na apresentação de Marx sobre a superpopulação relativa há uma forte ênfase em não se tratar apenas dos desempregados, mas de todas as formas semiempregadas e ou parcialmente ocupadas. A essência da superpopulação relativa está nesse movimento de

---

<sup>10</sup> O caráter de luta de classes na constituição da superpopulação relativa já estava evidente em Marx. “Tão logo [os trabalhadores] descobrem que o grau de intensidade da concorrência entre eles mesmos depende inteiramente da pressão exercida pela superpopulação relativa; tão logo, portanto, procuram organizar, mediante trade’s unions etc., uma cooperação planificada entre empregados e os desempregados com o objetivo de eliminar ou amenizar as consequências ruins que aquela lei natural da produção capitalista acarreta para sua classe, o capital e seu sicofanta, o economista político, clamam contra a violação da “eterna” e, por assim dizer, “sagrada” lei da oferta e demanda.” (Marx, 2013, p. 869-70).

pressão para a proletarização, por isso não pode ser reduzido em um grupo de pessoas como resultado do ciclo produtivo, a sua constituição se dá através da luta pela própria separação do trabalhador das suas condições de vida. A forma social dessa luta materializada nas relações de trabalho não se reduz aos desempregados, mas à uma ampla gama de relações sociais dadas pelas formas concretas do momento histórico. “A superpopulação relativa existe em todos os matizes possíveis. Todo trabalhador a integra durante o tempo em que está parcial ou inteiramente desocupado.” (Marx 2013, p. 870).

Marx destaca as formas distintas gerais de manifestação da superpopulação relativa: flutuante, latente e estagnada<sup>11</sup>. Contudo, a forma concreta como se realiza cada uma dessas categorias depende do momento histórico em que está inserido. O exército de reserva ocorre nas várias formas concretas de pressão para proletarização através da competição de trabalhadores livres por melhores condições de vida. Não por acaso, a última seção do capítulo “A lei geral da acumulação capitalista” é a parte do Capital com maior análise histórica/concreta, apresentando as especificidades das formas de constituição da classe trabalhadora britânica através da disputa pela formação do exército de reserva.

O exército industrial de reserva deve ser compreendido como uma relação social, a qual possui, portanto, diferentes formas concretas de realização em cada momento histórico do capitalismo. Analisar a formação do exército de reserva é compreender dentro de cada momento histórico as disputas pela constituição da classe trabalhadora, o que obviamente engloba os ritmos e ciclos da acumulação, mas não restrito a eles. A formação da superpopulação relativa, mas do que mero resultado econômico, é também momento constituinte da relação capitalista enquanto luta de classe.

### **Exército de reserva como momento da luta de constituição da classe trabalhadora**

A compreensão do exército industrial de reserva e da superpopulação relativa com uma lógica dissociada da constituição da classe trabalhadora, parte da própria visão mistificada da formação da relação capitalista, em que os processos sociais são coisificados e reificados como um dado ou um grupo em separado do todo social. Dentro dessa visão tradicional, como apresentamos no começo da seção anterior, a superpopulação relativa se constituiria

---

<sup>11</sup> No capítulo “A lei geral da acumulação capitalista”, Marx (2013) estabelece o exército de reserva flutuante como aquele que varia regularmente entre trabalhador ativo conforme os ciclos expansivos da dinâmica de acumulação e reprodução capitalista. Em oposição ao latente, que seria aquele exército de reserva mais estrutural, o flutuante variaria entre a reserva e o ativo, de acordo com as fases recessiva ou expansiva da acumulação de capital. Por sua vez, “a estagnada, forma uma parte do exército ativo de trabalhadores, mas com ocupação totalmente irregular” (Marx, 2013, p. 873).

como uma lógica própria, como um grupo a parte dos trabalhadores ativos na acumulação de capital. Essa separação na realidade é uma falsa aparência advinda da própria lógica fetichizada de constituição da relação capitalista, o que nos impõe a necessidade de entender o exército de reserva como elemento central da formação da classe operária, com distintas particularidades dentro de cada momento histórico.

As classes não são uma coisa, ou um grupo definido em alguma posição fixa dentro de uma imaginada estrutura econômica. “Existe atualmente uma tentação generalizada em supor que a classe é uma coisa”, a tal ponto que poderia ser capaz de defini-la “quase matematicamente – uma quantidade de homens que se encontra numa certa proporção com os meios de produção” (Thompson, 2004, p. 10). A classe não deve ser entendida como uma estrutura ou uma categoria dada, mas uma relação social de classificação e objetificação do ser humano. Sendo assim o proletariado não é nem um grupo de indivíduos em contraste com o capital (empiristas) nem um lugar na estrutura produtiva (estruturalista) (Gunn, 1987). A visão coisificada da classe como uma posição na estrutura produtiva leva ao desaparecimento da sua constituição social, apagando o próprio caráter social do seu processo.

Nas leituras sociológicas, a classe (assim como outros conceitos) é tomada como um dado, como categoria fixa, ao invés de ser compreendida como processo de constituição da própria relação que estão teorizando<sup>12</sup>. “Se lembrarmos que classe é uma relação, não uma coisa, não podemos pensar dessa maneira. ‘Ela’ não existe, nem para ter um interesse ou uma consciência ideal, nem para se estender como um paciente na mesa de operações de ajuste” (Thompson, 2004, p. 11).

A própria *worldview marxism* (Heinrich, 2012) possui essa visão reducionista, em que compreende as classes sociais como um grupo de função específica dentro da produção, reduzindo a constituição social à uma mecânica de distribuição de renda, em que todas as outras esferas da vida, que não a econômica, desaparecem ou se tornam secundárias. A existência de classe e sua constituição não podem estar separadas, ao afirmar a existência de classe deve se evidenciar o processo de constituição de uma determinada relação (Holloway, 1999). As classes sociais não devem ser vistas reduzidas em grupos econômicos, mas como um processo de classificação do ser humano. A luta de classes não pode ser reduzida em uma

---

<sup>12</sup> O conceito sociológico tradicional de classe possui uma grande influência weberiana, em que se constrói um referencial sociológico para a concepção marginalista de Menger (Clarke, 1991, p. 243). A classe ganha um sentido individualista, como grupos sociais particulares que surgem da livre associação de indivíduos com base em sua percepção de um interesse econômico em comum. As classes emergiriam da formação de interesses comuns oriundos da livre interação no mercado, ao invés de uma concepção de como essa própria sociedade fundada em classes sociais dá origem aos interesses econômicos distintos.

luta entre grupos sociais, pois isso é justamente o que essa forma de relação de dominação aparenta e quer que seja visto. “A luta de classe é uma luta para classificar e contra ser classificado” (Holloway, 1999, p. 115).

A classe é uma relação social de dominação que através da sua aparência de competição e luta entre grupos sociais dividi o ser humano da sua noção de ser coletivo e o separa das suas condições de vida autônoma (Dalla Costa, 1995), categorizando grupos como superiores e inferiores - como legítimos vencedores, perdedores ou reservas que nem no jogo merecem estar. A luta de classes necessita de uma noção social mais rica, em que a totalidade das práticas estão em questão, assim se luta contra o processo de classificação, contra ser inferiorizado, coisificado e separado. Por isso, a concepção de exército de reserva enquanto momento da luta por e contra constituição de classe é central.

A separação das noções de proletários, informais e precariados (subproletariados) é justamente o que apaga a possibilidade de compreensão da superpopulação relativa como fundante da relação capitalista. O que a concepção dialética de classe proposta por Marx possibilita é exatamente fugir do reducionismo, como o caso da análise fragmentária e pluralista do estruturalismo, a qual acaba por “falsear a contradição fundamental que se pretende analisar” (Gunn, 1987, p.6).

É necessário romper com as noções convencionais do marxismo estruturalista (Althusser; Balibar 1997; Poulantzas, 1977), em que a classe se transforma em um correlato com alguma ‘autonomia relativa’ em relação aos interesses das frações de classe. Ao invés de incorporar o exército de reserva como mais uma fração coisificada na dinâmica da acumulação de capital, é necessário entender a partir da luta pela constituição das classes como hierarquização dos seres sociais. Mais importante do que saber se um grupo cresceu ou diminuiu como se fosse um dado aritmético, a noção de superpopulação relativa implica em entender os mecanismos de constituição das classes sociais.

A maneira como se hierarquiza a sociedade capitalista passa pela forma de constituição do exército de reserva em determinado período histórico. A especificidade da relação capitalista está exatamente na incapacidade do trabalhador se reproduzir com seus próprios meios, uma vez dada essa condição se hierarquiza e classifica o trabalhador dentro da luta de classes. O contrato de trabalho não é o momento fundador da relação capitalista (Denning, 2010), o ponto de partida é não ter condições autônomas de reprodução da vida, o que se impõe na necessidade de vender a força de trabalho. A forma como se constitui o exército de reserva, portanto, determina o pressuposto da luta pela constituição de classe no capitalismo. A forma como se constitui o exército de reserva é mutável em cada período

concreto do capitalismo, tendo formas distintas da realização do trabalhador ativo, da reserva flutuante ou estagnada.

A realização concreta da relação capitalista possui períodos distintos com particularidades históricas específicas (Clarke, 1992), o que impõe formas diferentes da relação de trabalho ativo ou de reserva. A relação entre um trabalhador ativo e a reserva no século XIX na Inglaterra, por exemplo, é diferente da sua relação na década de 1960 no auge do fordismo-keynesianismo. A própria constituição concreta do exército de reserva flutuante precisa ser compreendida dentro de cada momento histórico.

A maneira como ocorrem as relações de trabalho não é fixa na história do capitalismo. O que é padrão e o que é formal variam dentro de cada momento, assim como se alteram as formas parciais e regulares de realização do trabalho capitalista. Contudo, entender as particularidades concretas dessas relações de trabalho não significa uma mera curiosidade historiográfica, mas compreender a própria forma da luta de classe em que se constitui a relação social capitalista em determinado momento histórico.

### **As formas concretas neoliberais do exército de reserva**

A análise das formas concretas de trabalho e da constituição das classes sociais não podem partir da aparente separação categorial da sociedade capitalista, como se houvessem lógicas autonomizadas entre trabalhos formais e informais ou entre operários e desempregados. A constituição da relação capitalista parte exatamente dessa retroalimentação da luta de classes enquanto unidade social, em que essa separação social se coloca como causa e efeito da reprodução do capital. Por isso a necessidade de entender as especificidades das formas concretas da ocorrência dessa separação, de como se materializam as distinções entre as formas concretas de trabalho para o processo de luta e hierarquização social na forma de classes.

Com a crise do padrão fordista-keynesiano na década de 1970, como amplamente reiterado na literatura, passaram a se consolidar formas ditas flexíveis de produção e relação de trabalho (Harvey, 1992). Ao invés dos controles e disciplinamentos diretamente impostos aos trabalhadores pela empresa e pelo Estado, passa a vigorar uma tendência de normatização do trabalho capitalista autoimposta na figura do indivíduo (Han, 2015; Laval; Dardot, 2016; Chiapello; Boltanski, 2020).

Os altos custos do pós-guerra em controle dos seres humanos para garantir as formas capitalistas de relação social se diluem com a normatização do “indivíduo como empresa de

si mesmo”<sup>13</sup>. A forma de emprego dito “fordista”, com estabilidade institucional e garantias de crescimentos salariais constantes, é rompida<sup>14</sup>, para o estabelecimento de novos instrumentos de concorrência, o que demanda uma constante “auto melhora” ou “auto capacitação”. A racionalização do desejo e do esforço se torna central no processo de transformação do *empresariamento* pessoal.

Nessa sociedade neoliberal<sup>15</sup>, o indivíduo passa a ser seu próprio realizador, o próprio responsável pela geração das suas especificidades via mercado. A disciplina do pós-guerra, com a importância da família e o respeito a certos códigos e instituições, passa a dar lugar a uma competição desenfreada, em que cada indivíduo passa a ser o gerente de seus ‘próprios ativos’. Dentro dessas novas relações de trabalho, os indivíduos devem trabalhar para as empresas como se estivessem trabalhando para si mesmos, abolindo na aparência qualquer sensação de alienação e até mesmo a distância entre os indivíduos e as empresas que os empregam.

O controle e o disciplinamento do trabalho concreto que antes eram impostos nas regras, normas e sanções da fábrica, passa a ocorrer na própria constituição do sujeito. As cisões anteriores entre os trabalhadores formais (que se adequavam aos disciplinamentos da fábrica) com os trabalhadores da reserva vão sendo diluídas nessas novas formas sociais de controle do trabalho. Tendo na luta de classes atual a imposição da subsunção ao capital na própria constituição do ser social como indivíduo capitalista, a necessidade da separação entre formal e informal para o controle do trabalho tende a se diluir. Com a emergência das

---

<sup>13</sup> “The main innovation of neoliberal technology precisely consists in directly connecting the way a person ‘is governed from without’ to the way that ‘he governs himself from within. [...] In the new world of the ‘developing society’, individuals must no longer regard themselves as workers, but as enterprises that sell a service in the market” (Dardot & Laval, 2010, p. 4-5).

<sup>14</sup> A produção fordista baseava-se em uma troca entre um alto grau de alienação no trabalho e um consumo crescente após o trabalho: o descontentamento era transformado em demanda e regulado por meio de contratos salariais anuais. Com a “crise do fordismo-keynesianismo” não se tem simplesmente uma crise da teoria econômica ou de uma forma de fazer política econômica: essas são manifestações de uma crise na relação entre o capital e o trabalho, uma crise no padrão específico de contenção do poder do trabalho.” (Holloway, 1996, p. 59, tradução própria).

<sup>15</sup> Embora esse modo particular de subjetividade atinja seu nível máximo de desenvolvimento apenas no momento neoliberal, é importante ter em mente como ele já se constitui como potência da sociedade capitalista desde sua constituição moderna. A normatização do indivíduo, que se transforma com a explosão de suas formas financeirizadas, já está presente como tendência muito antes de Reagan e Thatcher chegarem ao poder (Sotiropoulos et al., 2013). O indivíduo como empresa, tendo o Estado como a forma de *Vitalpolitik* (política da vida não para vida), já estava presente nas discussões do ordoliberalismo alemão que se colocavam críticos a República de Weimar (ver: Bonefeld, 2012). Como nos apresenta Bonefeld (2012), os principais teóricos do ordoliberalismo já defendiam um Estado forte no sentido de possibilitar a coordenação social pela lógica do mercado, em que o trabalhador poderia adquirir fundos disponíveis para se tornar um “pequeno capitalista”. Por isso, é importante também destacar que essa internalização do controle social não significa uma diminuição da atuação do Estado, uma vez que ele se torna ainda mais preponderante para garantir essa expansão da competição na formação do ‘indivíduo capitalista’.

novas formas de controle e disciplinamento do trabalho, as formas concretas de realização do exército de reserva e da superpopulação relativa também se alteram.

Para a realização dessas especificidades neoliberais do trabalho, há como causa e pressuposto alterações nas formas de realização do exército de reserva. Por isso, como exposto ao longo desse trabalho, a necessidade de entender a superpopulação relativa como uma relação social que adquire formas distintas dentro do quadro de lutas para constituição da classe trabalhadora. O que se argumenta aqui, portanto, não é apenas um aumento do exército de reservas (principalmente no Sul Global) devido aos processos ditos neoliberais de globalização e formação de cadeias globais de valor<sup>16</sup> (Foster et al., 2011; Basu 2013, 2022; Herod et al., 2021; Fernandez, 2022), mas também mudanças na sua forma concreta.

A constituição desse trabalhador como um ‘empresário de si mesmo’ depende da intensificação e expansão dos mecanismos de competição de mercado em cada esfera da vida desse ser social. É dentro desse quadro que cresce a tendência dos trabalhos ditos precarizados, modalidades de contratos “zerados”, “uberizados”, “pejotizados”, “intermitentes” e “flexíveis”, em que o trabalhador, acreditando ser empresário de si mesmo, fique disponível permanentemente (Antunes, 2018), sendo remunerado apenas durante as horas trabalhadas e passível de acumular uma grande quantidade de trabalhos distintos. O trabalhador ativo, dentro dessas novas relações de trabalho, passa a conviver rotineiramente com a pressão social exercida pelo exército de reserva. Não é que o exército de reserva, nas formas precárias e informais tenha apenas crescido, como relação social passa a ser mais internalizada também nas formas ditas ativas de trabalho<sup>17</sup>.

Com a consolidação dessas novas formas de trabalho, a classe operária, em seu sentido mais amplo, composta tanto pelo operariado ativo quanto pelo exército industrial de reserva, assume uma configuração mais fluida, onde as distinções entre operariado ativo e exército industrial de reserva se mesclam. No contexto concreto do capitalismo contemporâneo, as categorias clássicas de Marx, como o exército industrial estagnado e

---

<sup>16</sup> A constituição das cadeias globais de valor dentro do quadro de globalização, juntamente com a incorporação de novas tecnologias, promoveu uma grande expansão na superpopulação relativa mundial, tanto por aumentar enormemente a produtividade do trabalho, quando por reestruturar a produção da perspectiva geográfica, incorporando grandes populações dentro do exército de reserva capitalista (Foster et al., 2011).

<sup>17</sup> Apesar de haver certas carências de uma melhor teorização dessas novas formas de trabalho dentro do processo de constituição de classe, parte considerável da literatura mais crítica sobre a precarização faz boa caracterização e descrição dessas mudanças. Muitos desses trabalhos partem da extrapolação de elementos das atividades realizadas por plataformas digitais, para compreender a realidade do trabalho no capitalismo atual. Dentro dessas leituras mais críticas, categorias como uberização (Abilio, 2020; Antunes, Filguerias, 2020; Pochmann, 2016), trabalho *on-demand* ou *just-in-time* (De Stefano, 2016), plataformação do trabalho (Van Doorn, 2017; Casilli, Posada, 2019; Grohemann, 2020) e capitalismo de plataforma (Srniczek, 2017) ganham destaque.



flutuante, passam a se institucionalizar e se mimetizar como padrões de trabalho ativo. Dentro dessas novas formas de trabalho, com o trabalhador como empresário de si mesmo, se torna cada vez mais difuso quem é ativo e quem é reserva, ou o que é padrão e o que é precário?

Os trabalhos realizados por meio de plataformas digitais, as novas leis trabalhistas permissivas e as empresas terceirizadas, muitas vezes com contratos informais ou de curto prazo, ao mesmo tempo em que constituem a força de trabalho ativa e regulada legalmente, também podem ser compreendidos dentro da noção do exército de reserva como uma relação social de pressão para proletarização. A precarização e informalização do trabalho, em suas formas ditas neoliberais, representam um momento na geração desse novo exército de reserva, impactando nas dinâmicas de constituição das classes trabalhadoras.

A pressão originada pela superpopulação relativa, visando a expansão e intensificação do trabalho, não se limita mais ao risco competitivo de tornar-se parte do exército de reserva; a própria realização do trabalhador ativo incorpora a formação desse excedente. Mesmo o trabalhador 'mais ativo' de uma empresa terceirizada, de uma plataforma digital ou de um prestador de serviços autônomo enfrenta a constante pressão de ser reserva, pois, após concluir uma atividade laboral, junta-se de certa maneira ao vasto contingente da superpopulação relativa. A pressão descrita aqui se coloca tanto em relação ao exército de reserva como desse próprio trabalhador que está parcialmente ativo. Através dos mecanismos de contratação individualizados, terceirizados e variantes das plataformas digitais, o nível de intensidade da competição imposto pelo exército de reserva aumenta de maneira exponencial, uma vez que o próprio trabalhador ativo é simultaneamente pressionado a buscar uma nova atividade.

Esta forma concreta do exército de reserva apresenta, evidentemente, peculiaridades entre diferentes regiões, notadamente entre o centro e a periferia do capitalismo. No entanto, é crucial destacar que, embora os processos de informalização e precarização sejam elementos historicamente constitutivos dos mercados de trabalho periféricos, isso não implica numa manutenção estática nas formas dessas relações. Enquanto, por um lado, o padrão fordista-keynesiano com bem-estar social só pode ser identificado para uma parcela restrita da população global e por um período histórico restrito, as formas de constituição da informalidade e da precarização nas periferias não são estáticas. Também no sul global há uma reconfiguração das novas formas de informalização e precarização. Se anteriormente a precarização ocorria principalmente por meio de processos de segregação e exclusão direta, agora há uma maior inclusão relativa nos mercados de trabalho, embora seguindo os moldes dessas relações precárias, que, paradoxalmente, incluem enquanto excluem.

A formação do capitalismo no Sul global é marcada por uma forte segregação de parte da sua população, seja por mecanismos econômicos, raciais ou regionais. A constituição dessa superpopulação relativa que se origina de processos históricos, como a colonização, a escravidão e a imigração, é internalizada na própria lógica de reprodução social capitalista periférica<sup>18</sup>. A trajetória de desenvolvimento do capitalismo no Sul Global é marcada pela constituição de um grande exército de reserva, principalmente através de processos de exclusão de parte da população dos mercados de trabalho formais e do acesso aos mercados de consumo de bens mais sofisticados. Com o avanço nas formas neoliberais, não há uma eliminação dessa superpopulação relativa, pelo contrário, além da sua expansão há também a incorporação das novas formas mais fluídas do exército de reserva.

Houve nas últimas décadas uma enorme intensificação das relações capitalistas no Sul Global, com a incorporação de uma enorme massa de trabalhadores nos mercados globais. Entretanto, esse processo não significa puramente a incorporação de parte dessa população como trabalhadores ativos e a outra parte como exército de reserva. A grande maioria desses trabalhadores são inseridos nos mercados de trabalho e de consumo através dessas novas formas neoliberais do exército de reserva, as quais tem sido caracterizada como precárias e informais. Boa parte das chamadas ‘novas classes trabalhadoras’ na Ásia e na América Latina são compostas justamente pelas atividades por meio das novas leis trabalhistas permissivas, das empresas terceirizadas e das plataformas digitais.

Dentro da lógica do capital à nível do mercado mundial, esse exército de reserva com formas mais difusas permite ao mesmo tempo aumentar a massa de trabalhadores e a demanda efetiva via consumo juntamente com as pressões para proletarização exercidas pela superpopulação relativa. De certa maneira, essa forma concreta do capitalismo permite uma expansão da acumulação juntamente com o aumento da pressão do exército de reserva<sup>19</sup>. As formas atuais da reserva no mercado mundial permitem, portanto, ter uma tendência de aumento da mão de obra empregada, mas com a manutenção das pressões sociais para proletarização como se estivesse em momentos de crise (ou baixa) na dinâmica de acumulação.

---

<sup>18</sup> Há uma grande e importante literatura sobre o tema, tanto em termos da periferia capitalista em geral quanto na realidade concreta de cada país. Entretanto, a caracterização mais detalhada das especificidades do capitalismo no Sul Global foge do escopo desse trabalho, sendo necessário o devido tratamento em estudos posteriores. A análise aqui fica restrita em demonstrar como essa caracterização da periferia do capitalismo com uma grande reprodução do exército de reserva também possui formas históricas específicas.

<sup>19</sup> Não por acaso, o enorme aumento da concentração de renda, como demonstrado em grande parte da literatura recente, como em Milanovic (2014) e Pikety (2014).

Fica evidente como o exército de reserva como relação social não é simplesmente um efeito dos ritmos da acumulação, uma vez que ele também é condição e causa para a sua determinação. Tornar as dinâmicas de luta por constituição social como um dado ou como uma variável exógena é apagar os próprios determinantes do processo que pretende ser explicado. Por isso a superpopulação relativa tem que ser compreendida como uma relação social dentro do processo de constituição de classe, tanto dos trabalhadores formais, quanto dos chamados informais e precários.

## **Conclusão**

Neste artigo, foi realizada uma análise do conceito de Marx sobre exército industrial de reserva, apresentando as principais leituras e suas limitações. Há uma forte tradição da centralidade da acumulação para compreensão da superpopulação relativa, muitas vezes apagando o próprio caminho inverso, ou seja, os efeitos das diferentes formas do exército de reserva para a determinação da trajetória de acumulação. Por isso, é defendido nesse trabalho, a necessidade da incorporação da superpopulação relativa não como um grupo ou uma estrutura definida, mas como uma relação constituinte do processo de luta de classes.

A forma social dessa luta materializada nas relações de trabalho não se reduz aos desempregados, mas à uma ampla gama de relações sociais dadas pelas formas concretas do momento histórico. As transformações das relações de trabalho ocorridas nas últimas décadas são analisadas dentro dessa constelação das disputas para imposição das formas neoliberais do exército de reserva. Com a crise do padrão fordista-keynesiano na década de 1970, como amplamente reiterado na literatura, passaram a se consolidar pela luta de classes novas formas de controle e disciplinamento sobre o trabalho. O controle e o disciplinamento do trabalho concreto que antes eram impostos nas regras, normas e sanções da fábrica, passa a ocorrer na própria constituição do sujeito. As cisões anteriores entre os trabalhadores formais (que se adequavam aos disciplinamentos da fábrica) com os trabalhadores da reserva vão sendo diluídas nessas novas formas sociais de controle do trabalho.

Com a consolidação dessas novas formas de trabalho, a classe operária, em seu sentido mais amplo, composta tanto pelo operariado ativo quanto pelo exército industrial de reserva, assume uma configuração mais fluida, onde as distinções entre operariado ativo e exército industrial de reserva se mesclam. No contexto concreto do capitalismo contemporâneo, as categorias clássicas de Marx, como o exército industrial estagnado e flutuante, passam a se institucionalizar e se mimetizar como padrões de trabalho ativo.

A pressão originada pela superpopulação relativa, visando a expansão e intensificação do trabalho, não se limita mais ao risco competitivo de tornar-se parte do exército de reserva; a própria realização do trabalhador ativo incorpora a formação desse excedente. As atividades realizadas por meio de plataformas digitais, as recentes leis trabalhistas flexíveis e as empresas terceirizadas, frequentemente utilizando contratos informais ou de curto prazo, não apenas compõem a força de trabalho ativa, regulamentada legalmente, mas também podem ser interpretadas como parte do exército de reserva, estabelecendo uma relação social que pressiona para a imposição da proletarização.

Dessa maneira, dentro da lógica do capital à nível do mercado mundial, essa forma concreta do capitalismo permite uma expansão da acumulação conjuntamente com o aumento da pressão do exército de reserva para a proletarização e o sobre trabalho. A precarização e informalização do trabalho, ao contrário de serem lógicas dissociadas, representam um momento na geração desse novo exército de reserva, impactando nas dinâmicas de acumulação e de constituição das classes trabalhadoras.

## **Bibliografia**

ABÍLIO, Ludmila. Uberização: A Era Do Trabalhador Just in Time. *Estudos Avançados* 34 (98), 2020, p. 111–126.

ALTHUSSER, L.; BALIBAR, E. *Reading Capital*. London, Verso, 1997.

ANTUNES, Ricardo. 2018. Privilégio da Servidão [Privilege of Servitude]. São Paulo: Boitempo.

ARTHUR, Christopher. Value, Labour and Negativity. *Capital & Class*, 25(1), 15-39, 2001.

BECK, Ulrich. *The Brave New World of Work*. Cambridge, Polity, 2000.

BERNSTEIN, Henry. Where is population in ‘surplus population’? *Journal of Global and Historical Anthropology*, 97, 2023, p. 79–88.

BHATTACHARYA, Snehashish; KESAR, Surbhi. Precarity and Development: production and labor processes in the informal economy in India. *Review of Radical Political Economics*, 52(3), 2020, p. 397-408.

BASU, Deepankar. The reserve army of labor in the Postwar U.S. Economy. *Science & Society*, 2, 2013, p. 179-201.

BELLOFIORE, Riccardo. A ghost turning into vampire: the concept of capital and living labour. In: BELLOFIORE, Riccardo; FINESCHI, Roberto (orgs.). *Re-reading Marx: New Perspectives after the Critical Edition*. Basingstoke, Palgrave Macmillan, 2009, p. 178-194.

- BERNARDS, Nick; SOEDERBERG, Susanne. Relative surplus populations and the crises of contemporary capitalism: reviving, revisiting and recasting. *Geoforum*, 126, 2021, p. 412-419.
- BLANKO, Milanovic. *Global Inequality: a new approach for the age of globalization*. Cambridge, Harvard University Press, 2016.
- BONEFELD, Werner. *German Neoliberalism and the Idea of a Social Market Economy: Free Economy and the Strong State*. *Jornal of Social Science*, 8 (1), p. 139-171, 2012.
- BONEFELD, Werner. *Critical Theory and the Critique of Political Economy*. Londres, Bloomsbury, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. *Travail et travailleurs en Algérie*. Paris, Mouton, 1963.
- CARCANHOLO, Marcelo; AMARAL, Marisa. Acumulação capitalista e exército industrial de reserva: conteúdo da superexploração do trabalho nas economias dependentes. *Revista de Economia*, 34, 2008, p. 163-181.
- CHOONARA, Joseph. The precarious concept of precarity. *Review of Radical Political Economics*, 52(3), 2020, p. 427-446.
- CLARKE, Simon. Capital, Fractions of Capital and the State. *Capital & Class*, 2(2), 1978, p. 32-77.
- CLARKE, Simon. *Marx, Marginalism and Modern Sociology – From Adam Smith to Max Weber*. Londres, Macmillan, 1991.
- CLARKE, Simon. The global accumulation of capital and the periodization of the capitalist state form. In: BONEFELD, Wener; GUNN, Richard; PSYCHOPEDIS, Kosmo (eds), *Open Marxism - Volume I*. London, Pluto Press, 1992.
- CICCONE, R. Accumulation and capacity utilization: some critical considerations on Joan Robinson's theory of distribution. *Political Economy: Studies in the Surplus Approach*, 2(1), 1986, p. 17-36.
- CASILLI, Antonio; POSADA, Julian. The Platformization of Labor and Society. In: Mark Graham & William H. Dutton, *Society and the Internet - How Networks of Information and Communication are Changing Our Lives*, Oxford University Press, 2019, p.293-306.
- COLOMBINI, Iderley. Form and Essence of Precarization by Work: From Alienation to the Industrial Reserve Army at the Turn of the Twenty-First Century. *Review of Radical Political Economics*, 52(3), pages 409-426, 2020.
- COLOMBINI, Iderley. The New in the Old: Subsumption and Reserve Army on Digital Platforms. *International Critical Thought*, 13 (3), p. 311-329.
- CROMPTON, Rosemary; GALLIE, Duncan; PURCELL, Kate. *Changing Forms of Employment: Organizations, Skills, and Gender*. London, Routledge, 1996.
- DALLA COSTA, Mariarosa; JAMES, Selma. *The Power of Women and the Subversion of the Community*. Bristol, Falling Wall Press, 1972.

DALLA COSTA, Mariarosa. Capitalism and Reproduction. In: BONEFELD, Werner; GUNN, Richard; HOLLOWAY, John e PSYCHOPEDIS, Kosmas (edit). *Open Marxism – Volume III Emancipating Marx*. Londres, Pluto Press, 1995.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *Néolibéralisme et subjectivation capitaliste*. Cités, n° 41, p. 35-50, 2010.

DENNING, Michael. Wageless Life. *New Left Review*, 66, nov-dec, 2010.

DE STEFANO, V. The rise of the “just-in-time workforce”: on-demand work, crowdwork and labour protection in the “gig-economy”. *International Labor Office, Inclusive Labour Markets, Labour Relations and Working Conditions Branch, Conditions of work and employment series*, Geneva, n. 71, 2016.

DOERINGER, Peter B.; PIORE, Michael J. *Internal Labor Markets and Manpower Analysis*. Washington, DC: Department of Labor, 1970.

DUTT, A.K. *Growth, Distribution and Uneven Development*. Cambridge, Cambridge University Press, 1990.

DUTT, A.K. The role of aggregate demand in classical–Marxian models of economic growth. *Cambridge Journal of Economics*, 35(2), 2011, p. 357–382.

EUROPEAN COMMISSION; DG RESEARCH. 2004. *Precarious Employment in Europe: A Comparative Study of Labour Market Related Risks in Flexible Economies*. Brussels: European Study on Precarious Employment.

FEDERICI, Silvia. Wages Against Housework. In: Malos, E. (ed.) *The Politics of Housework*. London, Allison and Busby, 1982.

FEI, J.; RANIS, G. *Development of the Labor Surplus Economy: Theory and Policy*. Homewood IL, Richard D. Irwin, 1964.

FERNANDEZ, L. The Industrial Reserve Army in 21st Century: An Approach to the case of Mexico. In: FUSARO, Lorenzo; SANDOVAL, Leinad. *The General Law of Capitalist Accumulation in Latin America and Beyond: Actuality and Pertinence*. New York: Lexington Books, 2022.

FILGUEIRAS, Vitor; ANTUNES, Ricardo. Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. *Contracampo*, 39 (1), abr-jul, 2020, p. 27-43.

FOSTER, John Bellamy; McCHESNEY, Robert; JONNA, Jamil. The global reserve army of labor and the new imperialism. *Monthly Review*, 63 (6), 1, p. 1-31, 2011.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1995.

GAREGNANI, P.; PALUMBO, A. Accumulation of Capital. In: KURZ, H-D; SALVADORI, N. (eds.) *The Elgar Companion to Classical Economics (A-K)* Cheltenham, Edward Elgar, 1998.

GARRATY, John. *Unemployment in History*, New York, 1978.

GORZ, André. *L’Immatériel: connaissance, valeur et capital*. Paris, Galilée, 2003.

GUNN, Richard. Notes on ‘class’. *Common Sense*, n. 2, july, 1987.

- GROHEMANN, R. Plataformização do trabalho: entre a datificação, a financeirização e a racionalidade neoliberal. *Revista Eptic*, 22 (1), 2020, p. 106–122.
- HAN, Byung-Chul. *Sociedade do Cansaço*. Petrópolis, Editora Vozes, 2015.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Multitude*. New York, The Penguin Press, 2004.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo, Edições Loyola, 1992.
- HEERY, Edmund; SALMON, John. *The Insecurity Workforce*. London, Routledge, 1996.
- HEINRICH, Michael. *An Introduction to the Three Volumes of Karl Marx's Capital*. New York, Monthly Review Press, 2012.
- HEROD, A.; GOURZIS, K.; GIALIS, S. Inter-regional underemployment and the industrial reserve army: Precarity as a contemporary Greek drama. *European Urban and Regional Studies*, v. 28, n. 4, p. 413 – 430, 2021.
- HOBSON, J. A. The Meaning and Measure of “Unemployment”. *Contemporary Review*, 67, March, 1895.
- HOLLOWAY, John. The abyss opens: the rise and fall of keynesianism. In: BONEFELD, Werner & HOLLOWAY, John (eds). *Global Capital, National State and the Politics of Money*. Londres, McMillan Press, 1996.
- HOLLOWAY, John. Clase y Clasificación. *Cuadernos del Sur*, nº. 29, noviembre, 1999.
- HOLLOWAY, John. *Mudar o mundo sem tomar o poder – o significado da revolução hoje*. Boitempo, São Paulo, 2003.
- JONES, Stedman. *Languages of Class*. Cambridge, 1983
- JONNA, R. J.; FOSTER, John Bellamy. Marx's Theory of Working-Class Precariousness – And Its Relevance Today. *Alternate Routes: A Journal of Critical Social Research*, 27, 2016.
- KALECKI, Michal. *Selected Essays on the Dynamics of Capitalist Economy 1933–1970*. Cambridge, Cambridge University Press, 1971.
- KALLEBERG, Arne L. *Good Jobs, Bad Jobs: The Rise of Polarized and Precarious Employment Systems in the United States, 1970s to 2000s*. New York: Russell Sage Foundation, 2011.
- LAMBERT, Rob; HEROD, Andrew. *Neoliberal Capitalism and Precarious Work: Ethnographies of Accommodation and Resistance*. Cheltenham: Edward Elgar, 2016.
- LAVAL, C.; DARDOT, P. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo, Boitempo, 2016.
- LAVOIE, M. *Post Keynesian Economics: new foundations*. Cheltenham, Edward Elgar, 2014.
- LETOURNEUX, Veronique. *Precarious Employment and Working Conditions in Europe*. Luxembourg, European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions, 1998.

- LEWIS, W. A. Economic Development with Unlimited Supplies of Labour, *The Manchester School*, 22(2), 1954, pp. 139–191.
- MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo, Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo, Boitempo, 2013.
- MEIER, G. *Leading Issues in Development*. Oxford, Oxford University Press, 1976.
- MITROPOULOS, Angela. Precari-us? *Mute*, 29(1), 2006.
- MUNCK, Ronaldo. The precariat: A view from the South. *Third World Quarterly*, 34 (5), 2013, p. 747–62.
- NEGRI, A. Valeur-travail: crise et problèmes de reconstruction dans le post-moderne. *Futur Antérieur*, 10, 1992, p. 30–36.
- NEILSON, David; STUBBS, Thomas. Relative surplus population and uneven development in the neoliberal era: theory and empirical application. *Capital & Class*, 35(3), 2011, p. 435-453.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista / O ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2003.
- PATNAIK, Prabhat. Contemporary Capitalism and the World of Work. *Agrarian South: Journal of Political Economy*, 8(1–2), 2019, p. 303–316.
- PAPADOPOULOS, Dimitris. Two endings of the precarious movement. In: *Mapping Precariousness, Labor Insecurity and Uncertain Livelihoods* (eds.), ARMANO, Emiliana; BOVE, Arianna, MURGIA, Annalisa. London: Routledge, 2017, p. 137-48.
- PIKETTY, Thomas. *O Capital no Século XXI*. Rio de Janeiro, Intrínseca, 2014.
- POCHMANN, M. Terceirização, competitividade e uberização do trabalho no Brasil. In: *Precarização e terceirização: faces da mesma realidade* (eds.); TEIXEIRA, M.O.; ANDRADE, H.R; COELHO, E.; (eds. São Paulo: Sindicato dos químicos, 2016.
- POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. São Paulo, Martins Fontes, 1977.
- PRADELLA, Lucia. Beyond impoverishment: Western Europe in the world economy. In: *Polarising Development: Alternatives to Neoliberalism and the Crisis*, PRADELLA, Lucia; MAROIS, Thomas (eds.). London, Pluto Press, 2015, p. 15-27.
- PRADO, Eleutério. *Desmedida do valor: crítica da pós-grande indústria*. São Paulo, Xamã, 2005.
- PREBISCH, Raúl. El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas. In: *La obra de Prebisch en la Cepal* (eds.), GURRIERI, Adolfo. México, Fondo de Cultura Económica, 1982.



- RODGERS, Gerry; RODGERS, Janine. *Precarious Jobs in Labour Market Regulation: The Growth of Atypical Employment in Western Europe*. Geneva, International Labour Organization, 1989.
- ROSTOW, W. W. The Take Off into Self-sustaining Growth. *Economic Journal*, 66(1), 1956, p. 25–48.
- SCHRAM, Sanford. *The Return of Ordinary Capitalism: Neoliberalism, Precarity, Occupy*. Oxford: Oxford University Press, 2015.
- SALAIS, Robert. *L'invention du chômage: histoire et transformations d'une catégorie en France des années 1890 aux années 1980*. Paris 1986.
- SCULLY, B., BRITWUM, A.O. Labour reserves and surplus populations: Northern Ghana and the Eastern Cape of South Africa. *Journal of Agrarian Change*, 19, 2019, p. 407–426.
- SRNICEK, N. *Platform Capitalism*. Cambridge: Policy Press, 2017.
- SOTIROUPOLOS, D. P.; MILIOS, J.; LAPATSIORAS, S. *A Political Economy of Contemporary Capitalism and its Crisis*. New York: Routledge, 2013.
- STANDING, Guy. *The Precariat: The New Dangerous Class*. London and New York, Bloomsbury Academic, 2011.
- SWEEZY, Paul. *Teoria do desenvolvimento capitalista – princípios de Economia Política Marxista*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976 [1942].
- SUPIOT, Alain. Transformation of labor and future of labor law in Europe: A multidisciplinary perspective. *International Labor Review*, 138(1), 1999, p. 31–46.
- WALTERS, William. *Unemployment and Government: Genealogies of the Social*. Cambridge, Cambridge University Press, 2000.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. São Paulo, Editora Paz e Terra, 2004.
- TOPALOV, Christian. *Naissance du chômeur: 1880–1910*. Paris, Albin Michel, 1994.
- VOGEL, Lise. *Marxism and the Oppression of Women*. Chicago, Haymarket, 2013.